

As Redes de Políticas e a Teoria do Discurso: potências teórico-epistemológicas para leitura do movimento político-educacional na contemporaneidade

The Policy Networks and the Theory of Discourse: theoretical-epistemological potentials for reading the political-educational movement in the contemporaneity

Redes políticas y teoría del discurso: poderes teórico-epistemológicos para leer el movimiento político-educativo en los tiempos contemporâneos

Ana Paula Pereira Marques de Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
app_marques@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0398-3893>

Bonnie Axer
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CAp/UERJ
bonnieaxer@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2324-4417>

Rita de Cássia Prazeres Frangella
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
rcfrangella@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6392-4591>

RESUMO

O presente texto visa destacar a potência teórico-epistemológica nas aproximações entre a perspectiva de redes de políticas, desenvolvida por Stephen Ball, e a Teoria do Discurso, subsidiada nas discussões de Ernesto Laclau, para a leitura das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. A proposição desse entrecruzamento teórico-epistemológico visa destacar a riqueza fronteira entre essas duas concepções, que nos permite discutir o movimento político-educacional na sua complexidade e intenso dinamismo, inerente à contemporaneidade. Assim, discutiremos sobre as possibilidades de abordagem das redes de políticas como redes de equivalência, de modo a problematizá-las no campo da discursividade, em que os sentidos políticos estão sendo constantemente disputados e negociados, desestabilizando estruturas aparentemente fixas de poder.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Redes de políticas. Teoria do Discurso.

ABSTRACT

This paper highlights the theoretical-epistemological power arising from the intersection between Stephen Ball's policy networks perspective and Ernesto Laclau's Theory of Discourse, in order to enhance the comprehension of educational policies in Brazil and The Latin America. The motivations for the framing of this theoretical-epistemological intersection regard our interest in highlighting the rich boundary interactions between these two concepts, which allow us to discuss the political-educational movement in its complex and intense dynamism, inherent to the contemporaneity. Thus, we discuss the possibilities of approaching the political networks as "equivalence networks", questioning them from the perspective of the discursivity analysis, which places the political meanings in constant dispute and negotiation, destabilizing power structures supposed stable.

Keywords: Educational policies. Policy networks. Theory of Discourse.

RESUMEN

Este documento pretende resaltar el poder teórico-epistemológico en los enfoques entre la perspectiva de las redes de políticas, desarrollado por Stephen Ball, y la Teoría del discurso, con referencia en las discusiones de Ernesto Laclau, para leer las políticas educativas en Brasil y América Latina. La propuesta de esta intersección teórico-epistemológica tiene como objetivo resaltar la riqueza fronteriza entre estas dos concepciones, lo que nos permite discutir el movimiento político-educativo en su complejidad y el intenso dinamismo inherente a la contemporaneidad. De esta manera, discutiremos las posibilidades de acercarnos a las redes de políticas como redes de equivalencia, así como a la manera en la que éstas se disputan en la discursividad, donde los sentidos políticos están siendo constantemente disputados y negociados, desestabilizando estructuras de poder que son aparentemente fijas.

Palabras clave: Políticas educativas. Redes de políticas. Teoría del Discurso.

Introdução

No desenvolvimento de nossas pesquisas no campo do currículo, temos buscado diálogos teórico-epistemológicos que subsidiem as discussões relativas ao campo político-educacional, considerando o dinamismo inerente às sociedades contemporâneas que não podem mais ser discutidas sob a lógica de pares binários entre "dominante-dominado, global-local, totalidade-singularidade, estrutura-ação, macro-micro, identidade-diferença" (LOPES, 2005, p. 61). Tampouco podemos considerar formas de identidade fixa, baseadas numa essência imutável. Neste sentido, temos nos aproximado de interlocuções teóricas que discutam política nos entrecruzamentos por entre passado, presente e futuro, num movimento de "mundos imaginados" que vão sendo construídos de acordo com "a localização histórica e linguística de diferentes atores: Estados-nação, empresas

multinacionais, comunidades da diáspora e mesmo de grupos como aldeias, bairros e famílias” (APPADURAI, 2004, p. 51).

Sob essa perspectiva, ratificamos a sugestão de Lopes (2005) sobre a necessidade de aportes teórico-epistemológicos pluralistas para o enriquecimento das discussões políticas no mundo contemporâneo, considerando os fluxos acelerados, dinamizados pelo movimento de pessoas, finanças, mídia, ideologia e tecnologia (APPADURAI, 2004). Assim, nosso objetivo, neste artigo, é destacar as possibilidades de diálogo teórico-epistemológico que viabilizem leituras das políticas educacionais numa relação espaço/tempo que se caracteriza pela contingência e provisoriedade. Destacaremos os trabalhos de Stephen Ball, detidamente suas questões mais recentes em relação às redes de políticas, que têm emoldurado discussões sobre o entrelace público-privado na educação, no Brasil e na América Latina. Neste processo, buscamos o adensamento da proposição das redes de políticas, através da Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Salientamos que essa proposta de interlocução teórica é fruto de nossas concepções pós-coloniais/pós-estruturais de que os limites dos referenciais teóricos são borrados e trabalhar nessa liminaridade potencializa a problematização do movimento político-educacional no campo da discursividade. Essa perspectiva nos permite questionar possíveis engessamentos dos moldes culturais e conteudistas em torno de propostas políticas, bem como a pretensão de horizontes sobre identidades (LOPES; MACEDO, 2011). Trata-se, portanto, da ideia de política como uma circularidade de discursos que fluem num contínuo, dinâmico e complexo processo de significação, envolvendo disputas de poder e negociação num campo indecidível, que se demarca pela instabilidade de sentidos, operando num contínuo diferir (LACLAU; MOUFFE, 2004).

Do ciclo às redes de políticas: caminhos teórico-epistemológicos para a discussão das políticas educacionais no Brasil e na América Latina

Os estudos de Stephen Ball, desde o ciclo de políticas até o mais recente mapeamento das redes de políticas, têm contribuído para a problematização de lógicas aparentemente naturalizadas de estruturas fixas de poder, auxiliando-nos na leitura dos

textos políticos como processos de negociação contínua. Ratificamos a concepção de Meo e Beech (2016) sobre a potência dos aportes de Ball no que diz respeito à abordagem da política como fenômeno global que acreditamos ser fonte de inspiração para as investigações sobre política educativa no Brasil e na América Latina.

Sob a influência de Basil Bernstein, os estudos de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994) sobre a abordagem do ciclo de políticas contribuem para a discussão da política como produção cíclica e contínua por determinados contextos. São eles: o contexto de influência, onde as políticas são produzidas, o contexto de produção do texto, onde o documento é formalizado e o contexto da prática, onde a política se coloca em produção. Assim, os autores enfatizam que o contexto da prática — as escolas — também é produtor de políticas, destacando o movimento político e a produção inacabada que envolve esses múltiplos contextos. Desse modo, rompem com a hierarquização *top-down* ou *bottom-up* entre Estado, escolas e outras instituições.

Inspirados nas questões suscitadas por Ball (BALL, 1994; BOWE et al, 1992), pesquisadores do campo político-curricular chamam atenção para as múltiplas dinâmicas e conflitos, muitas vezes silenciados, nos contextos de produção curricular, que passam a ter mais destaque com essa abordagem teórico-metodológica.

É justamente no sentido de compreender essas múltiplas dinâmicas, capazes de reconfigurar o escopo das ações do Estado, que considero importante seguirmos nas pesquisas em políticas de currículo. Defendo, em outras palavras, a ampliação das discussões teóricas sobre políticas de currículo, tendo em vista interpretar em outras bases da atuação do Estado e das práticas curriculares. Considero importante superar tanto modelos que entendem as relações do Estado sobre a prática das escolas como verticalizadas, reservando às escolas o papel subordinado de implementação e ao Estado uma ação onipotente[,] quanto análises que desconectam as práticas das relações com processos sociais e político-econômicos mais amplos, mediados pelo Estado (LOPES, 2005, p. 2).

Ainda sob o enfoque do ciclo, Ball (1994) destaca que a política deve ser lida, simultaneamente, como texto e como discurso. Ainda que distintas, são noções que se dão de forma imbricada uma na outra. A política como texto refere-se às representações codificadas e infere acerca da legibilidade e interpretação dessas, recorrendo ao diálogo com os estudos de Roland Barthes e as ações desenvolvidas pelo autor relacionadas às concepções *readerly text* e *writerly text*. A política como discurso se refere “àquilo que pode ser dito e pensado, mas também sobre quem, quando, onde e com que autoridade

podem falar” (BALL, 1994, p. 22 apud MACEDO, 2016, p. 3). Delineadas a partir de perspectivas pós-estruturais foucaultianas, nessa linha, as políticas operam como regimes de verdade¹. Segundo Macedo (2016, p. 3), “[...] enquanto como discurso, a política constrange, como texto ela se abre para a polifonia, para uma bricolagem que torna a possibilidade de controle difusa”. Vale ressaltar que, subsidiadas nos aportes do campo pós-estrutural, discutimos política sob a perspectiva discursiva e, por conseguinte, entendemos que texto é discurso, envolvendo disputas de poder por significação. Assim, reconhecemos que os argumentos do autor abriram um leque para a leitura das políticas, que, na condição de texto, possibilitam uma multiplicidade de interpretações, a partir das quais novos sentidos podem ser acrescentados.

Dessa forma, sob muitos aspectos, a abordagem do ciclo teve uma contribuição relevante para as pesquisas em política educacional, em função do entendimento de que o Estado não produz políticas centralizadas em si, mas que a produção política transita em todas as esferas que fazem parte desse mesmo processo. Mais ainda, a referida abordagem contribuiu para a problematização da política como produção e disputa, enriquecendo as pesquisas no campo da política educacional, conforme pode ser observado no levantamento feito por Lima, Souza e Luce (2018), no banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As autoras constatam um quantitativo de setenta e oito teses e noventa e duas dissertações, que se baseiam na abordagem do ciclo de políticas, entre os anos de 2000 a 2017.

Nos desdobramentos do ciclo de políticas, Ball (2014) tem se dedicado à discussão do que nomeia “redes de políticas” (BALL, 2014, p. 29), chamando atenção para o fortalecimento de um tipo de social que diz respeito a afiliações múltiplas e variadas das quais fazem parte grandes grupos empresariais e também outros setores da sociedade no processo político-educacional. Meo e Beech (2016) destacam como fundamentais nessa proposta os conceitos de rede, governança, etnografia de redes e heterarquias para a análise do envolvimento de empresas privadas, organizações filantrópicas, consultoras e

¹ Acerca dessa discussão sobre políticas como texto e discurso, ver: MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição Para a Análise de Políticas Educacionais. In: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006; LOPES, Alice Casimiro e OLIVEIRA, Ana de. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. In: Cadernos de Educação. Pelotas: UFPel, n. 38, jan-abr, 2011. Sobre as obras de referência, ver: BARTHES, Roland. “From Work to Text.” Norton Anthology of Theory and Criticism. Ed. Vincent B. Leitch et al. New York: Norton, 2001; FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 15a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

organismos multilaterais no campo educativo. De acordo com Ball (2014), as redes de políticas são interconexões nas quais novas vozes estão participando da política global, articulando formas específicas de relações sociais que trazem outras configurações para a dimensão do público na educação.

Redes de políticas são um tipo de social novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxo e de movimentos. Eles constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções; como Agranoff (2003, p. 28) coloca, “as redes fornecem locais para soluções colaborativas” e “mobilizam inovações”, embora, por vezes, elas contenham “estranhos companheiros” (como veremos). Por meio delas, é dado espaço a novas vozes dentro do discurso de política. Novas narrativas sobre o que conta como uma “boa” política são articuladas e validadas (BALL, 2014, p. 29).

O autor enfatiza a necessidade de os pesquisadores em políticas educacionais atentarem para a expansão dos territórios de influência política e, ao mesmo tempo, para a diversificação e dissociação dos espaços de política que implicam a opacidade e proliferação de novos locais e novos atores dentro dos contextos de influência e de produção de texto.

Destaca, ainda, que tem procedido ao estudo das redes de políticas através do método de etnografia de redes, pois, na sua percepção, estamos diante da necessidade de análises etnográficas das mudanças do Estado de governo para governança — em ação. Isto significa uma análise para além de relações burocráticas hierarquizadas, ou seja, um mapeamento sobre o que Ball chama de heterarquias entre Estado, mercado e novas filantropias cujas relações estão cada vez mais diversas e flexíveis (AVELAR; BALL, 2019). Avelar e Ball (2019) observam que a etnografia de redes viabiliza a análise de interconexões entre pessoas e instituições e entre instituições e instituições, assumindo que duas instituições, com membros em comum, têm significativas oportunidades de troca de informações.

[...] empregamos uma combinação de mapeamento, visita e questionamento, — como Marcus (1995) coloca —, seguindo a política. Isso é tanto virtual (através da internet e das mídias sociais) quanto face a face (entrevistas com atores de rede e participação em eventos de rede). Envolve seguir pessoas e “coisas”, bem como metáforas, tramas, vidas, conflitos e “dinheiro” (Junemann et al., 2016; Santori et al., 2015). Envolve muita atenção a organizações e atores dentro do campo da política educacional, tanto global quanto

local (e seu movimento), bem como às cadeias, caminhos e conexões que unem esses atores, e às “situações” e eventos nos quais o conhecimento político é mobilizado e montado. Isso significa olhar para quem, o quê e onde da política, os lugares e eventos nos quais o passado, o presente e o potente futuro da educação co-existem (McCann[;] Ward, 2012, p.48) [...] (AVELAR; BALL, 2019, p. 2, tradução nossa²).

Através do mapeamento dessas redes, Ball (2014) traz à tona os negócios em educação — *edubusiness*³ —, destacando a força do movimento neoliberal que tenta espriar discursos de crise política e econômica em torno do Estado de Bem-estar Keynesiano — o Estado de Bem-estar Social —, cuja característica é a garantia dos serviços públicos e de proteção à população. Em outros trabalhos, Ball (2006) comenta que, nos termos de Jessop (1996 apud Ball, 2006), há um declínio do Estado de Bem-estar que vem sendo reestruturado para um “Estado do trabalho Schumpeteriano”⁴, ou seja, um Estado que vem sofrendo mudanças genéricas em prol das forças do mercado.

As questões que Ball (2006, 2014) ressalta sobre a “desnacionalização do Estado” permeiam vários de seus trabalhos, alertando para possíveis mudanças na capacidade do Estado de controlar seus sistemas de ensino. O autor enfatiza que estamos caminhando para um “Estado policêntrico”, em estruturas moventes, e acrescenta a possibilidade de ler esse movimento do Estado como um mecanismo estratégico na busca por outras formas de poder. Assim, estamos diante de modos de governança que têm se deslocado muito rapidamente na tentativa de produzir políticas mais eficazes e legítimas, não se atendo apenas a uma única autoridade e às limitações de um único corpo político representativo (BALL, 2014). O que se percebe é uma mudança na atuação dos governos, “catalisando todos os setores — público, privado e voluntário — em ações para resolver problemas de sua comunidade” (BALL, 2014, p. 34-35), dando espaço a novas vozes dentro do discurso

² *Complementarily, we employed a combination of mapping, visiting and questioning and as Marcus (1995) puts it — following policy. This is both virtual (through the internet and social media) and face-to-face (interviews with network actors and attendance at network events). It involves following people and “things”, as well as metaphors, plots, lives, conflicts, and “money” (Junemann et al., 2016; Santori et al., 2015). It involves close attention to organisations and actors within the education policy field, both global and local (and their movement), as well as to the chains, paths and connections that join-up these actors, and to “situations” and events in which policy knowledge is mobilized and assembled. This means looking at the “whos” and “whats” and “wheres” of policy, the places and events in which the “past, present and potential futures of education co-exist” (McCann and Ward, 2012, p.48) [...] (AVELAR; BALL, 2019, p. 2).*

³ Trata-se de novas finanças e negócios globais da educação (BALL, 2014).

⁴ “Um programa de bem-estar em que é exigido, dos beneficiários, desenvolver um trabalho no serviço público” (BALL, 2006, p. 28).

de políticas. Desse modo, novas narrativas sobre o que conta como uma “boa” política estão fluindo por entre redes, através das quais determinados discursos ganham legitimidade “dentro de uma arquitetura global de relações políticas que não somente envolvem os governos nacionais, mas também organizações intergovernamentais, Banco Mundial, corporações financeiras internacionais, etc” (BALL, 2014, p. 34-35).

Assim, a noção de redes de políticas traz para a análise da política uma concepção que remete à reconceitualização do entendimento de contexto, muitas vezes lido de forma espacializada e sugere uma outra temporalidade, principalmente pelos atravessamentos não lineares que põe sob observação, pelos paradoxos em negociação e pelo entendimento de política, explicitado por Ball (2015 apud Mainardes, 2015):

Políticas são agenciamentos de valores instáveis, autoridade, significados e práticas, os quais reúnem vários estados de coisas e organismos, bem como declarações, modos de expressão, e regimes inteiros de sinais — tanto objetos materiais quanto imateriais. Então, você não pode mais simplesmente se preocupar com uma tecnologia ou uma política, você tem de ver essas coisas em uma relação complexa de objetos, de pessoas, de práticas de linguagem, relacionando-os como uma espécie de todo mais ou menos coerente. Essa não é uma rearticulação do macro e do micro, mas um apagamento desse binário para ver a política como um conjunto de técnicas, categorias, objetos e subjetividades. Essa é uma concepção muito material do discurso que não prioriza a “leitura” dos textos, mas sim lida tanto com as condições de possibilidade e contingência histórica quanto com a maneira como o discurso é escrito em corpos. (BALL, 2015 apud MAINARDES, 2015, p. 166-167)

Mais ainda, Ball (2014) chama atenção em sua formulação para os limites da noção de redes, devido à pouca clareza dessas redes. Nesse sentido, alinhamo-nos à leitura de Macedo (2016) que antevê a possibilidade de articulação da noção de redes de políticas às perspectivas discursivas que vêm orientando as análises em seus trabalhos, no diálogo com a Teoria do Discurso.

A forma assumida pelas relações que se estabelecem nas redes são diversas, o que leva o autor (2012) a considerar que sua pouca clareza é um limite para a utilização da noção. Defendo que é esse “limite” que torna a noção potente para a análise das políticas contemporâneas, caracterizadas por uma multiplicidade de demandas e agentes políticos que, ao invés de assumirem a forma de equivalência, são topológicas. Sugiro que a noção de rede pode permitir dar conta dos fluxos que constituem toda política e que as abordagens estruturais — e mesmo a teoria do discurso — vêm

paralisando como estratégia metodológica. Ela viabilizaria uma análise mais topológica das hegemonias, permitindo perceber como elas se constituem na intrincada relação, não direcional, mas, principalmente, não previsível entre múltiplos discursos. A fugacidade das articulações e a contingência das hegemonias seria, assim, relida num quadro em que fluxos de poder criam efeitos de verdade, dentre os quais a constituição dos próprios contextos de políticas e de subjetividades (MACEDO, 2016, p. 10).

Sob esse prisma, nossas questões teórico-epistemológicas se articulam no emaranhado de possibilidades e cruzamentos nos limites da leitura das redes de políticas. No caso, o limite, mais que fronteira delimitatória, redesenha relações complexas, híbridas, nas liminaridades (BHABHA, 2001) das enunciações políticas. A ideia de liminaridade associada aqui é potente porque, ao afastar-se da ideia de margem delimitadora, articula-se à ideia de Bhabha (2001) de entre-lugar — *in-between* no original em inglês — que implica o atravessamento, estar entre — transitório e transitivo, borrado — no fluxo de forças que se dão contingencialmente. Poderíamos alinhar a ideia de liminaridade à indecidibilidade, o que não impede a decisão. Porém, decisão não deve ser entendida como decisão que se autofundamenta, tal qual Lopes (2018) explica, já que não há fundamento que a sustente.

Nas fronteiras tênues entre a análise das redes de políticas e uma perspectiva discursiva, buscamos a articulação da noção de rede de política com as perspectivas pós-estruturais, pós-fundacionais com que dialogamos, visando ao adensamento da leitura pós-estrutural que o próprio Ball (2014) apresenta:

[...] uma nova forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, que coloca em jogo, no processo de políticas, novas fontes de autoridade [...] as fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas sobre as políticas e novos canais por meio dos quais os discursos sobre as políticas introduzem o pensamento sobre políticas [...]. (BALL, 2014, p. 34).

O autor enfatiza a noção de rede como poderes capilarizados que se espraiam de forma difusa, expandindo, desse modo, a leitura inicial que a abordagem do ciclo de políticas encaminhava. Nessa perspectiva, temos optado por uma concepção teórico-epistemológica que se aproxima da Teoria do Discurso para problematizar os fios da costura das redes de políticas como redes de equivalência. Esse escopo teórico nos

permite focar nas disputas pelos sentidos de política educacional, num processo que entendemos como tensionado em função das disputas pelo poder de significação.

Redes de políticas como redes de equivalência: possíveis caminhos teórico-epistemológicos para a problematização da política neoliberal

Em nossos caminhos teórico-epistemológicos para a leitura das redes de políticas (BALL, 2014), temos operado com a lógica da formação de política em rede, tomando como base o entendimento de *cadeia de equivalência*, como constituinte da política, desenvolvido por Ernesto Laclau. Essa perspectiva de análise nos auxilia na problematização dessas redes de política como *redes de poder*, demarcadas por articulações e trajetórias políticas não lineares, constituídas por rastros.

Assim, ao relacionarmos a concepção de redes de políticas com a Teoria do Discurso, pretendemos suscitar que os desenhos dessas redes são produzidos por equivalências, no entendimento de que demandas e particularidades diferentes disputam, negociam e entram em equivalência em torno de uma política que, por exemplo, busca a qualidade da educação. A política em rede, a nosso ver, opera como uma cadeia de equivalência que produz a hegemonia; nesse sentido, qualquer política em questão não produz sozinha um discurso hegemônico sobre a necessidade dos assuntos que lhe são pertinentes. Torna-se, assim, complexo perceber e entender os “nós” das relações políticas entre os fios. Dessa maneira, a rede política articula políticas num processo com demandas múltiplas e interconexões inesperadas, que interpretamos como cadeias de equivalência (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Uma relação de equivalência não é uma relação de identidade entre objetos. A equivalência nunca é tautológica, uma vez que estabelece a substituição entre determinados objetos que só é válida para determinadas posições dentro de um determinado contexto estrutural. A esse respeito, a equivalência desloca a bainha identitária dos próprios objetos para os contextos do seu aparecimento ou a presença. Mas isso significa que a identidade do objeto na relação de equivalência é dividida: por um lado, mantém o seu próprio sentido “literal”. Ele simboliza a outra posição contextual em que é um item substituível (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 109).

Na lógica dos autores Laclau e Mouffe (2015), a partir do surgimento do ponto nodal — um fechamento frente ao exterior que mobiliza e constitui a rede —, a lógica da diferença, presente em toda estrutura, é rasgada pela lógica da equivalência. Ambas as lógicas possuem uma relação de indecidibilidade, visto que, nessa cadeia de equivalências, os diferentes sentidos não se igualam, mas se tornam equivalentes, e isso permite que eles atravessem as diferenças dos sistemas de significação para então dialogarem.

Daí a ambiguidade que atravessa toda relação de equivalência: dois termos, para serem equivalentes, devem ser diferentes — de outro modo, haveria uma simples identidade. Por outro lado, a equivalência existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos. Esta não constitutividade — ou contingência — do sistema de diferenças é revelada na não fixidez que a equivalência introduz. O caráter último desta não fixidez, a precariedade última de toda diferença, se mostrará assim em uma relação de equivalência total, onde a positividade diferencial de todos os seus termos é dissolvida (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 206).

Esse paradoxo da relação equivalencial — a necessidade da diferença para que se torne equivalente e essa equivalência funcionando como subversão do caráter diferencial — revela a não fixidez que a equivalência introduz, a não fixidez necessária para que haja hegemonia. Nesse sentido, a cadeia de equivalência, pensada por Laclau e Mouffe (2015), possui suas relações de disputa e diferença, provisoriamente estancadas por uma decisão hegemônica, o que poderia nos levar a crer que tal crise foi solucionada. Afastamo-nos dessa concepção, e assim compartilhamos a compreensão de Macedo (2016) sobre a impossibilidade de hegemonia. O uso do termo e entendimento de hegemonia entra em cena não para resolver tensões e disputas, mas para colocar tais discussões em jogo novamente. A hegemonia existente, porém provisória, não se apresenta para Macedo (2016), e com ela concordamos, como solução e apagamento dessas disputas e/ou paralisação das lutas, mas fundamentalmente como estratégia político-discursiva para colocar em evidência novamente tais interesses divergentes.

Os discursos hegemônicos apresentam-se, assim, como um princípio reorganizador do sistema deslocado, permitindo que as crises de significação se tornem inteligíveis. Ao propiciar a sobredeterminação de uma série de demandas dispersas, eles criam uma ilusão de unidade [precária e contingente] e compensam a sensação impossível de completude (MACEDO, 2014, p. 1.536).

Em diálogo com a autora, entendemos que a disputa política não cessa. Logo, a crise instaurada e a insatisfação não se colocam externas à cadeia de equivalência, mas são internas e insolucionáveis. É essa impossibilidade de solução que faz a produção política se movimentar. Ambas as leituras sobre o dinamismo político — tanto sob a proposição das redes políticas quanto das cadeias de equivalência — trazem em sua constituição a impossibilidade de se determinar uma origem. Assim, as relações que podem vir a acontecer entre seus nós não são fixas e também não estão predeterminadas.

Sendo assim, a interpretação das produções políticas como *redes de equivalência* nos possibilita observar os fluxos que constituem toda política, sem precisão de origem, em meio à equivalência que introduz a não fixidez necessária para que haja hegemonia nos discursos políticos — ou, pelo menos, tentativas. Acreditamos que, ao se estruturarem em torno de uma semelhança que os equivale, os sentidos envolvidos nesse espaço criam uma totalidade que é assumida como universalidade dentro de uma cadeia equivalencial que não se encerra. Busca-se, assim, hegemonicamente um discurso sobre questões educacionais e a melhor maneira de se alcançá-lo. Tal discurso é resultado de uma decisão tomada e até o momento legitimada, o que não significa que não possa ser modificada ou negociada novamente. Trata-se, portanto, de uma hegemonia fruto de disputas que acontecem nas cadeias discursivas. Ou-uma hegemonia na condição de acordo fraturado, o que não significa que não tenha poder; este existe de forma contingente e não absolutamente poderoso.

Tenho entendido as políticas curriculares como discursos hegemônicos, mais ou menos efetivos em sua tarefa de suturar a estrutura deslocada, ou seja, de fixar sentidos para educação [e currículo]. Num nível mais macro, tenho argumentado que as políticas tomam a *qualidade da educação* como significante nodal capaz de sobredeterminar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político. Na medida em que o exterior constitutivo desta cadeia de equivalência é uma fantasia idealizada de crise do sistema educacional, tornada “real” por um conjunto de dados estatísticos, trata-se de um discurso capaz de tornar equivalentes praticamente todas as demandas no campo da educação. A princípio, ninguém é posto no lugar do outro por este discurso, como se pode observar nas campanhas políticas em que todos, sem exceção e independente do lugar que ocupam no espectro político, defendem uma educação de qualidade (MACEDO, 2014, p. 1.536).

Podemos pensar, então, que um exterior articula uma série de demandas e constitui assim uma *rede de equivalências*. Essa rede, assim como também pensa Ball (2014), é descentrada, movente e articulada em torno de problemas sociais comuns cujas demandas buscam resolver. São relações deslizantes, articulações fraturadas que se movimentam na medida em que as demandas, os problemas e suas soluções não estão estagnados.

Considerações Finais

As aproximações entre as perspectivas de redes de políticas e a Teoria do Discurso têm nos deslocado para reflexões sobre o estudo das políticas educacionais no mundo globalizado, em torno de estruturas comunicativas em que valores são supostamente compartilhados, articulados e negociados. A percepção de redes de políticas, tal qual Ball (2014) nos apresenta, permite-nos problematizar a perspectiva de *rede*. Sob esse enfoque, a rede na qual percebemos as produções políticas — como produtos e produtores — é uma rede de relações que possibilita e intensifica a difusão de conhecimento, e pluraliza as autoridades políticas.

[...] o recurso à rede tem me permitido ler tal hegemonia, a partir de uma perspectiva topológica, como uma teia de relações que não apenas transcendem este ou aquele projeto de governo, mas que os produzem como efeitos de poder. A noção de redes tem me possibilitado uma análise que supera dicotomias entre esquerda e direita, público e privado, assim como fronteiras nacionais. Ela permite dar conta da intersecção entre inúmeros discursos, dentre os quais os de organismos internacionais como Banco Mundial e Unesco — fartamente estudados no que tange às políticas curriculares da América Latina —; de grupos empresariais que produzem novas formas de sociabilidade; pedagógicos que vão da utopia crítica por emancipação, com seus desdobramentos universalizantes[,] a propostas cognitivas centradas na aprendizagem (MACEDO, 2016, p. 11).

A opção pelo termo *rede* (e suas múltiplas referências teóricas) se dá pela discussão de inexistência de um centro nas relações hegemônicas. Na rede não é possível identificar uma origem e os inesperados caminhos que cada fio poderá tomar. Propomo-

nos, então, a problematizar toda e qualquer produção política em rede como produções instáveis e contingentes, em que a hegemonia é vivenciada provisoriamente.

Importante destacar que, ao considerarmos o processo político pautado na contingência, sem uma verdade única, mas sim um fluxo de diversas interpretações e formas de significar e conceber um futuro, pensamos a política como algo inacabado e traduzido a todo momento, num ciclo contínuo de produção, numa rede sem fim. Em diálogo com Mouffe (2015, p. 20), diferenciamos os conceitos de “política” e “político” para operar no terreno que a autora denomina como pluralismo agonístico. Para a autora, o político é a dimensão antagônica, que possui diferentes formas da transitoriedade das relações humanas, é a própria condição humana que possibilita “muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais”. Por política, a autora define o “conjunto de práticas, discursos e instituições” (MOUFFE, 2015, p. 20) que buscam estabelecer domesticação e condições de aceitabilidade, mas que, em decorrência dos conflitos existentes nas relações sociais, serão sempre afetados pela dimensão do político.

Mouffe (2015) busca essas definições para fundamentar sua crítica sobre a dimensão de política que ignora os conflitos e as diferenças.

Considero que é apenas quando reconhecemos a dimensão do “político” e entendemos que a “política” consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o potencial antagonismo que existe nas relações humanas que seremos capazes de formular o que considero ser a questão central para a política democrática. Essa questão, vênua aos racionalistas, não é a de como tentar chegar a um consenso sem exclusão, dado que isso acarretaria a erradicação do político. A política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles — que é uma impossibilidade —, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós-eles de um modo compatível com a democracia (MOUFFE, 2015, p. 20).

Nessa perspectiva, ainda que haja instabilidade, a tomada de decisão é uma estratégia para significar e fixar, é um artifício da política. Na luta atemporal pela significação se desenvolvem diferenças, demandas articuladas que se enfrentam como adversários políticos e não inimigos, nos termos de Mouffe (2015). Nos estudos da autora, o funcionamento político se dá pela luta contínua por uma hegemonia e pela manutenção dela. Trata-se de uma hegemonia que ela chama de agonística — confronto entre adversários legítimos e não uma luta entre inimigos antagonistas. Posto isso, percebemos

comunidades políticas no jogo das redes como democracias pluralistas, em que não há um oponente inimigo a abater, mas um adversário de legítima existência ao qual se deve tolerar e com ele negociar (MOUFFE, 2015).

Ao fazermos referência à Mouffe, chamamos atenção para a complexidade da política que se constitui através de relações de poder ambivalentes, difusas e descentradas, modo pelo qual entendemos a dimensão do político das/nas redes de política. O processo político se pauta na contingência e, ao mesmo tempo, nas tentativas de controle, o que significa dizer que as relações tensas entre o universal e o particular nas disputas pela hegemonia dos sentidos são produzidas em meio às ambivalências, aos deslocamentos de sentidos e às fixações que contribuem para a produtividade da política. “Esta contingência é central para se compreender o que talvez seja a característica mais proeminente da política contemporânea: o pleno reconhecimento do caráter limitado e fragmentado dos agentes históricos” (LACLAU, 2011, p. 86).

Portanto, temos percebido a potência nas aproximações da Teoria do Discurso para a leitura das redes de políticas no mundo contemporâneo. Enquanto Laclau defende a necessidade do fechamento contingente dos discursos, a rede política de Ball opera no descentramento das ações e ambas as perspectivas nos ajudam a pensar na política tecida por múltiplas vozes, enredadas nas disputas por hierarquias e relações de poder, deslizando por novos lugares, através de conexões variadas entre os atores que fazem a política. A perspectiva das redes é uma tentativa de escapar da estrutura fixada e determinante, uma estratégia para olhar as políticas públicas, entendendo que estas não são deslocadas umas das outras; elas se entrelaçam via relações de poder. A metodologia das redes de políticas evidencia a dificuldade de precisar um ponto de origem. A impossibilidade dessa precisão é também condição necessária para produção de tal rede. Assim, retomamos Lopes (2005) para destacar a riqueza na articulação de ambos os vieses teórico-epistemológicos, sob a proposta de operação e interpretação para o movimento político-educacional nas suas complexas relações de poder, contingentes e improváveis.

Referências

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa, Portugal: Teorema, 2004.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen John. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, Reino Unido, v. 64, p. 65-73, 2019. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0738059317302080?token=ED394795D0AF1102DBC5C6BFE815C323C8A0C8AAF7D1CF4DEE40FEB502BD1DB7B74FDAD38EBF05AB814B2D8B619B0DE2>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BALL, Stephen John. **Educação global S. A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

BALL, Stephen John. **Educational reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen John. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul-dez/2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BARTHES, Roland. From Work to Text. In: LEITCH, Vincent. **Norton Anthology of Theory and Criticism**. WW. Norton & Company. New York: Norton, 2001.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BOWE, Richard; BALL, Stephen John; GOLD, Anne. **Reforming education & changing school**: case studies in policy sociology. Londres; Nova York: Routledge, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LIMA, Laudirege Fernandes; SOUZA, Bruna de; LUCE, Maria Beatriz. A abordagem do ciclo de políticas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros: um mapa das teses e dissertações. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-29, 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12279>. Acesso em: 23 mai. 2019.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.5, n. 2, p. 50-64, jul-dez/2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2006.

LOPES, Alice Casimiro. Sobre decisão política no terreno indecidível. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos (Orgs.). **Pensando a política com Derrida** — responsabilidade, tradução, porvir. São Paulo: CORTEZ Editora, 2018.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **Teorias do currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Ana de. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**. Pelotas: UFPel, n. 38, jan-abr/2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1541/1448>. Acesso em: 09 mar. 2012.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentido para a educação. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 09 abr. 2015.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Por uma leitura topológica das políticas curriculares. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 24, n. 23, p. 1-17, fev/2016. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/viewFile/2075/1735>. Acesso em: 09 mai. 2016.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan-abr./2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2007.

MAINARDES, Jefferson. Entrevista com o professor Stephen Ball. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 161-171, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/432>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MEO, Analía Inés; BEECH, Jason. Explorando el Uso de las Herramientas Teóricas de Stephen J. Ball en el Estudio de las Políticas Educativas en América Latina. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 24, n. 23, p. 1-19, fev/2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2750/275043450048/html/index.html>. Acesso em: 14 jun. 2018.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Submetido em 20/07/2019

Aprovado em 17/11/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)